



**ATA DA 2ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA
DO CONSELHO DIRETOR (CONDIR) DO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO,
CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARÁ-
CAMPUS ABAETETUBA.**

1 Aos vinte e cinco dias de maio de 2017, às 10h15min, no IFPA-campus Abaetetuba,
2 reuniram-se os membros do Conselho Diretor, sob a presidência do Diretor Geral, Valdinei
3 Mendes da Silva, com a presença dos seguintes membros: Wander Wilson de Lima Cardoso
4 (substituindo o Diretor de Ensino Edinaldo Fonseca Correa), Elcir Nunes Correa (substituindo
5 a Diretor Administrativo Jaime Perdigão Oliveira), Marcio Valério de Oliveira Favacho,
6 Pedro Chaves Baia Júnior, Josias Baia Rodrigues, Raphael Saraiva de Sousa, Lúcia Cristina
7 Sousa da Silva, Fábio Pantoja Aguiar. Além dos conselheiros participaram também os
8 seguintes servidores: Cláudia do Socorro Azevedo Magalhães, Rodrigo Riomar Rodrigues,
9 Jairo da Silva e Silva, Rogério Rodrigues Melo, Márcio José Moura dos Santos, Kazuo de
10 Almeida Kamizono, Kuézia Apolaro do Nascimento, João Filho Seixas Moraes, Josiel Rego
11 Vilhena, Isa Costa Pantoja, Fernando Antônio de Sousa Ribeiro, Douglas de Oliveira e
12 Oliveira, Alan Mota Castelo Branco Júnior, Diselma Marinho Brito, Malena Cristina Rocha
13 Teixeira, Renato Almeida Ferreira, Nisreene Matar, Jeferson Miranda Costa, Karla Cristina
14 Furtado Nina, Luciana B. F. Kamizono, Sueli de Lima Pereira, Ana Maria Rodrigues e
15 Rodrigues, Jucilane Novais Lopes e Marques, Anderson Henrique Lima e Lima. O presidente
16 cumprimentou a todos e iniciou a sessão lendo alguns artigos do regimento interno, os quais
17 se referem à presença de pessoas que não são membro do conselho. Posteriormente
18 apresentou a pauta da reunião para aprovação: 1- Redução dos postos de Serviços
19 terceirizados – deliberados na última reunião do CONDIR; 2- Esclarecimento quanto aos
20 critérios para dispensa de colaboradores terceirizados. O Presidente acrescenta que o primeiro
21 ponto de pauta é um pouco mais abrangente porque envolve o resultado da deliberação da
22 última reunião, onde o conselho apontou quais estratégias para atingir as metas da portaria de
23 contingenciamento e somada a isso dois outros fatores, que foi a reunião do CODIR, onde
24 foram passadas as recomendações quanto ao contingenciamento orçamentário dentre outros
25 assuntos, e a liberação dos códigos de vagas para técnicos do campus. E que essas duas
26 informações vão levar a necessidade de rever as deliberações da última reunião do Conselho.
27 O conselheiro Pedro Baia esclarece quanto ao segundo ponto de pauta, que foi uma demanda

Sueli

Wander

Elcir

Jairo

Marcio

Valdinei

Wander

Elcir

Jairo

Marcio

Valdinei



28 dos conselheiros, a partir da escuta dos servidores que solicitaram esclarecimentos de quais
29 critérios foram utilizados pela gestão para a seleção da dispensa dos terceirizados, e solicita
30 outro ponto de pauta: discutir sobre a questão da comissão de ética do campus. O conselheiro
31 Márcio esclarece sobre as deliberações feitas pelo CONDIR, coloca que quórum foi mínimo e
32 essas poucas pessoas discutiram para achar a melhor solução orçamentária para atingir a
33 solicitação da portaria em questão e que foi feito um esforço muito grande para chegar a uma
34 solução bem coesa e ainda acrescenta que foi definido no CONDIR apenas o quantitativo de
35 postos que teriam que reduzir, mas a forma que seria usada para selecionar não partiu do
36 Conselho. O Presidente confirma que a deliberação do conselho foi pelo quantitativo e que
37 não foram discutidos quais setores perderiam os postos. O Presidente aproveita e traz logo
38 para discussão o segundo ponto de pauta: esclarecimento quanto aos critérios para dispensa de
39 colaboradores terceirizados. E faz uma explanação da planilha similar a qual foi feita as
40 simulações, e relata que destas simulações saíram o quantitativo de postos/cortes, e saindo da
41 reunião ele fez um memorando circular para informar à comunidade escolar sobre as
42 deliberações do Conselho. O presidente coloca também que com a redução, a proposta era
43 ficarem os seguintes postos de recepcionista: 1- NAPNE/CAE; 2- Coordenações de cursos; 3-
44 Secretaria Acadêmica; 4- Pesquisa e Extensão; 5- DEPEPI/APPS. O docente Renato Ferreira
45 diz que no posto do CAE não é conveniente colocar estagiárias, uma vez que não é apenas
46 trabalho de recepcionista, existem outras atividades. O presidente diz que a fala do professor
47 ilustra um problema que foi identificado: a necessidade de trazer os responsáveis destes
48 setores para uma discussão mais ampliada, mas não neste momento. Dando continuidade ao
49 ponto de pauta que está sendo discutido, o presidente esclarece que na orientação que a
50 direção encaminhou para os dois diretores (DEPEPI e DAP) não existiam nomes, que enviou
51 esta orientação e solicitou que observassem o histórico (Denúncias, relatórios de mau
52 comportamento, reclamações de docentes e discentes, entre outros) da transição dos
53 terceirizados nos setores, e isso seria um dos elementos a ser considerado na deliberação. O
54 conselheiro Pedro interrompe e pergunta se estes documentos, relatórios, existem? O
55 Presidente diz que foi feita uma reunião entre a empresa, a DAP e a DEPEPI. O servidor Elcir
56 Nunes coloca que quem vai reger a fiscalização, essas observações colocadas, é a IN-02/2008
57 e faz alguns esclarecimentos sobre esta Instrução Normativa, referente aos contratos com as
58 empresas, os fiscais administrativos, o preposto da empresa, entre outros. O conselheiro Pedro
59 diz que nunca ouviu a explicação sobre esses procedimentos, ninguém ficou sabendo desses

[Handwritten signatures and initials on the right margin]

[Handwritten signatures and initials at the bottom of the page]



60 procedimentos. Então o Presidente diz que foi considerado o histórico dos terceirizados, assim
61 como relatórios, apontamentos e/ou denúncias, caso existam, e acrescenta que nessa trajetória
62 vai ser identificada uma série de situações que no decorrer da reunião vai sendo relatado. O
63 servidor Jairo Silva relata que quando foi levantada essa discussão no grupo dos docentes, o
64 diretor Geral disse que no CONDIR apenas foi definido o número de colaboradores, e que os
65 fiscais de contrato e a empresa decidem quem sai, então partiu do pressuposto da condição do
66 fiscal. E continua dizendo que os servidores não estão na reunião para discutir legalidade, e
67 sim os critérios. Por que não se ouviu as pessoas dos departamentos que são atendidos por
68 estes colaboradores? Por que aqueles que têm um empenho maior estão sendo despachados e
69 outros que não possuem tanta eficiência ficaram? É isso que esta sendo questionado. A
70 servidora Nisreene Matar relata que quando estava na coordenação e também fiscal de
71 contrato, nenhum chefe de setor tinha relacionamento direto com a empresa, o relacionamento
72 dos coordenadores era com o diretor administrativo, o que acha isso mais coerente, já que o
73 contrato é feito pela instituição. E segue dizendo que tinha um instrumento, que era a
74 avaliação do colaborador, o qual circulava pelos setores, e esse instrumento era recolhido uma
75 vez por mês pela encarregada. O conselheiro Josias diz que se existia terceirizados com
76 problemas com a empresa por que eles não foram logo substituídos? O presidente relata que
77 quando saiu a lista de quem iria ser dispensado, houve duas manifestações. Uma logo de
78 imediato, e oficial dos alunos, via abaixo assinado, onde o Diretor relatou as alunas que
79 embora a petição seja relevante, existem relatos, reclamações, que infelizmente elas (alunas)
80 não têm acesso a tais registros, e que estes relatos dão suporte para a empresa tomar a decisão.
81 O presidente relata que fez um documento para que fossem apresentados instrumentos de
82 avaliação que deram suporte a tomada de decisão, conforme indagação do conselheiro Pedro
83 Baia, e que de fato a empresa se comporta como a IN-02 determina, que é o que fica de
84 registro legal, com o preposto ela pode fazer este levantamento e tomar a decisão. E diz que
85 os setores não têm registro das recepcionistas. O servidor Jairo Silva diz que se não tem
86 registro é porque não deram esses instrumentos às chefias imediatas. Então o Presidente
87 coloca que identifica que existe o instrumento, mas em algum momento deixou de ser usado.
88 Logo após diz que gostaria que todos ficassem na reunião para a discussão do outro ponto de
89 pauta, para evitar a situação de ficarem somente os conselheiros para tomar uma decisão
90 importante para o campus. E complementa que Ele entende que as pessoas querem
91 esclarecimento, querem entender o processo e não é interessante que saia alguém com dúvida



92 desta reunião, e diz que parte desse processo, o qual deveria ter sido uma solicitação do
93 próprio conselho, talvez fosse o desdobramento da reunião, a partir do momento que os
94 conselheiros não se sentem devidamente esclarecidos e pedem para apurar os procedimentos,
95 então relata que já houve uma provocação da direção, e que Ele levou para os procuradores e
96 depois para o reitor, e a deliberação foi pela abertura da sindicância, então já tem uma
97 sindicância encaminhada, com servidores que não são do campus. E complementando dizendo
98 que está dando um informe, mostrando que nada tem que ficar nebuloso. Posteriormente, o
99 conselheiro Pedro Baia, aproveitando a fala do presidente, coloca que o pedido da pauta sobre
100 a comissão de ética, deve ser discutido mediante algumas falas: Postos de terceirizados em
101 alguns locais estratégicos do campus, como o protocolo, estivesse sempre ocupado por
102 servidor independente de qualquer coisa, sempre servidor, por que muito embora a legislação
103 diga que os terceirizados devem responder da mesma forma que servidores, isso nos abre a
104 possibilidade de uma cobrança maior da pessoa do servidor. E relata que ele, junto com os
105 professores, Diselma, Josiel e Rosilene, foram procurados por uma aluna, a qual relata que
106 tentou abrir um processo no protocolo e o processo não foi aceito, e por isso tomaram a
107 iniciativa de abrir o processo. Então por isso ele coloca essa questão de o protocolo ser
108 sempre ocupado por um servidor, e propõe que possamos trazer a comissão de ética do IFPA
109 para esclarecer sobre a postura e o código de ética do servidor dentro da Instituição, o papel
110 do servidor, sua postura ética, os cuidados com documentos, para evitar esse tipo de fato, e
111 diz que enquanto servidor público, se Ele tomou conhecimento de um fato desse e não toma a
112 iniciativa de tomar as providências cabíveis, Ele pode ser acusado de prevaricação, então para
113 evitar esse tipo de fato, que sejamos mais esclarecidos sobre o assunto. Continua dizendo que
114 muito embora a gente pregue que vivemos num campus que procura viver os aspectos éticos,
115 que não é autoritário, porém existem pessoas que tem medo de falar, de se expor, de colocar
116 suas indagações, então que o conselho possa avaliar a possibilidade de existir dentro do
117 campus uma comissão de ética interna e/ou uma ouvidoria, assim como possa trazer a
118 comissão de ética externa para fazer o debate no campus e possa nestes locais estratégicos,
119 como o protocolo, garantir a permanência constante de servidores, orientados quanto à
120 legislação e procedimentos de documentos. O conselheiro Josias acrescenta que de acordo
121 com o regimento interno do conselho, é também competência deliberar sobre assuntos
122 disciplinares relativos aos corpos docente, discente e técnico-administrativo, então se alguém
123 tiver dificuldade, é só abrir o processo no protocolo e encaminhar para o Conselho. O

Seli
Kléia *Josiel* *Rosilene*

Josias *Carreira*



124 Presidente diz que existe uma comissão de ética central e que cada campus deveria ter seu
125 representante a este conselho de ética central, se reportando a esse representante. Diz também
126 que da deliberação do conselho, registrada nesta ata, que se encaixe na semana pedagógica,
127 alguma estratégica, palestra, cartilha para comissão de ética tratar esse assunto, de uma forma
128 preventiva. E acrescenta ainda que o servidor Rodrigo está estudando a possibilidade de criar
129 uma ouvidoria no campus, a qual será um espaço onde algum servidor ou aluno, que se sinta
130 ou não contemplado, entre lá e faça a denuncia, questionamento, solicitação. O docente Alan
131 Mota fala em relação ao suprimento da informação sobre os postos de segurança, e diz que
132 qualquer coisa relacionada à segurança irá trazer grande impacto ao campus, portanto para
133 manter a transparência, sugere que essas informações apareçam nos memorando, para que
134 todos fiquem cientes. Valdinei diz que existe uma orientação que a listagem de todos os
135 terceirizados deve estar disponibilizada, então é provável que apareça em algum lugar todos
136 os postos terceirizados existentes no IF. E acrescenta que assim que tiver definidas as
137 deliberações, cabe ao conselho passar as orientações nas reuniões internas, esclarecer como
138 vai funcionar e que estas ações serão repassadas a toda a comunidade escolar. A conselheira
139 Lúcia da Silva retoma ao assunto anterior, código de ética, e diz que como servidora e
140 conselheira, recebe inúmeras denúncias, de servidores, alunos e terceirizados. Então gostaria
141 de reforçar a importância da comissão de ética e da ouvidoria, que são instrumentos
142 necessários para o mais rápido possível, a imagem do campus está ferida, denúncias
143 gravíssimas, existem muito mais denúncias, percebe que não são somente os terceirizados que
144 temem, são coagidos, assediados. E ela enquanto mulher se sente ferida, de mãos atadas,
145 porque estas pessoas não têm coragem de abrir processo e denunciar, e aproveita para colocar
146 sua indignação quanto a este assunto. E que as ações quanto à comissão de ética precisam ser
147 resolvidas logo. E reforça que as mulheres ou qualquer outro servidor que se sente assediado
148 moralmente, sexualmente, que criem coragem de fazer denúncias. O presidente coloca que o
149 interessante é que são poucos que viveram o que o campus viveu, e que não era para o campus
150 estar numa situação desta, de temor, de ter receio de abrir processo, Ele não entende porque o
151 servidor não se sente na condição de fazer o documento. Pedro diz que seria interessante
152 verificar antes de implantação, alguns tipos de procedimentos, como por exemplo, o servidor
153 receber uma denúncia, não seria o caso de junto com aluno, o servidor fazer uma ata, para ter
154 provas. Professor Jairo Silva diz que é solidário com a fala da servidora Lúcia e que as
155 pessoas não devem se calar, e se não forem contempladas dentro do campus, deve ser levado

Lúcia

João

Medeiros

Alan

Correia



156 ao Ministério Público, e que realmente as pessoas tem medo, retaliações, intimidação e que
157 talvez o Diretor não consiga ver isso pela posição que está ocupando (Diretoria), as pessoas se
158 intimidam de falar. O conselheiro Pedro Baia acrescenta que os servidores precisam se
159 respaldar com documentos, provas, a instituição tem procedimentos e estes têm que ser
160 respeitados. Então deveria ver do ponto de vista legal, algum documento que desse ao
161 servidor, no caso de denúncias, o poder, enquanto servidor público de registrar a ocorrência.
162 O conselheiro Josias pergunta ao diretor se ele não tinha conhecimento destes casos. Valdinei
163 diz que boatos são constantes, mas oficialmente apenas um caso, e do qual Ele recebeu
164 oralmente e orientou que o processo fosse aberto. A servidora Ana relata que sofreu assédio
165 por um servidor, e que não abriu processo por medo, por ameaças, pelo fato de estar ainda em
166 estágio probatório, e que foi assediada até mesmo antes de tomar posse. A servidora Cláudia
167 diz que esses casos são sérios e que deveria ser feita outra reunião para se tratar desse assunto.
168 A servidora Nisreene coloca que o campus tem assistente social, psicóloga, então sugere que
169 os servidores que receberem denúncias de alunos, que encaminhem estes alunos para estes
170 profissionais ou chefias diretas, relatos escritos acompanhados pela assistente social e chegar
171 ao setor adequado para isso. Acrescenta que esses assuntos precisam ser colocados para todos
172 na semana pedagógica ou em outros momentos para dar coragem às outras pessoas a fazerem
173 as denúncias. A servidora Cláudia diz que o campus precisa criar um momento específico
174 para se falar destes assuntos, as pessoas precisam falar sobre o machismo, empoderamento
175 feminista, o poder que os homens exercem sobre as mulheres. O servidor Jairo Silva, voltando
176 à questão dos terceirizados, pergunta quais critérios usados para a demissão de uma das
177 colaboradoras que ocupa o posto de recepcionista? Por que não usaram os mesmos critérios
178 com as demais que permanecem, cadê a impessoalidade? E relata que foi salientado, ignorado
179 pelo preposto da terceirizada, a qual é um poço de ignorância. Relata também que o rapaz do
180 protocolo, também recepcionista, é demasiadamente ignorante, vários professores já foram
181 mal tratados por Ele. Se o motivo da demissão foi faltas, que inclusive foram justificadas,
182 também é um assédio. Por que contratação de parentes? E acrescenta que na condição de
183 coordenador, se sentiu desrespeitado pela DEPEPI que não ouviu os setores. Se retirarem a
184 recepcionista daquele setor, eles colocam os três cargos à disposição. O Presidente diz que
185 todos podem fazer qualquer manifestação, mas com respeito. Márcio, diz que com a
186 experiência em PAD, todos são servidores, e não tem que ter medo, tem que denunciar. A
187 pessoa tem que se manifestar. E acrescenta que hoje existe um departamento de PAD, tem que

Handwritten signatures and initials on the right margin:
- A signature that looks like "Jairo Silva"
- A circle with a dot inside
- A signature that looks like "Pedro Baia"
- A signature that looks like "Valdinei"
- A signature that looks like "Nisreene"
- A signature that looks like "Cláudia"
- A signature that looks like "Ana"
- A signature that looks like "Márcio"
- A signature that looks like "Presidente"

Handwritten signature: Sueli

Handwritten signature: Kátia

Handwritten signature: Cláudia

Handwritten signature: Nisreene

Handwritten signature: Jairo Silva

Handwritten signature: Pedro Baia

Handwritten signature: Valdinei

Handwritten signature: Nisreene

Handwritten signature: Cláudia

Handwritten signature: Ana

Handwritten signature: Márcio

Handwritten signature: Presidente



188 ir a busca de seus direitos. O servidor Elcir coloca que diante de tudo que está sendo posto
189 aqui, é importante que antes de proferir qualquer palavra, questionar qualquer atitude dos
190 terceirizados, do preposto da terceirizada ou dos fiscais de contrato, que seja feita uma análise
191 da Instrução normativa IN-02-anexo 04, que a Instrução normativa esclarece algumas atitudes
192 destas pessoas. O Presidente retoma ao relato de assédio das duas servidoras e diz que existe
193 duas situações, como já tem um processo com o mesmo objeto (assédio), e a sindicância vem
194 verificar qual o clima institucional, se tem essa opção de, elas pedirem para serem ouvidas e
195 acrescentar neste processo já em andamento, ou se abre um processo específico. Pedro diz que
196 as servidoras já manifestaram o problema, e nós enquanto conselho diretor, ficando calados,
197 não usando a fala delas, para abrir um processo, no mínimo o conselho está sendo omissos. O
198 servidor Márcio Santos, diz que o relato foi superficial para que o CONDIR produza um
199 instrumento, e propõe que se faça uma moção de repúdio e todos assinarem e esse
200 instrumento possa ser anexado ao processo que está aberto. E acrescenta que tem que ser
201 avaliado até que ponto esses fatos extrapolam a questão administrativa e passa para a
202 criminal. E que as servidoras podem se dirigir a Polícia Federal e registrar a ocorrência, é um
203 registro sério e uma apuração competente e justa. O conselheiro Josias coloca que no caso das
204 servidoras, o ideal seria abrir um processo para apuração, e encaminhado para o conselho ou
205 comissão de ética, pois se for anexo no mesmo processo, será apurado somente o que solicita
206 o referido processo. A servidora Nisreene diz que o primeiro ponto de pauta já foi debatido o
207 suficiente, mas acredita que segundo os relatos, quem tomou a decisão foram os três diretores,
208 e que a avaliação foi baseada em alguns relatos, históricos, faltas e acredita que nem todos
209 ficaram satisfeitos com a decisão. A servidora continua dizendo que ainda falta documentos
210 para continuarem questionando. O presidente coloca que a empresa coleta informações e usa
211 também o que ela tem, e toma a decisão, a decisão final é da empresa. A terceirizada responde
212 somente quais servidores serão desligados, com base na IN-02. Então o Diretor afirma que
213 quem definiu as pessoas que seriam desligadas foi a empresa junto com os diretores (DAP e
214 DEPEPI), a partir de uma reunião. A professora Claudia Magalhães, coloca da importância do
215 NAPNE dentro do campus e é um núcleo que quase não tem ninguém para ajudar, tem os
216 professores colaboradores que se sensibilizaram, mas que não é o suficiente e que realmente
217 precisa do posto de recepcionista, que ela como coordenadora tem dificuldades de trabalhar
218 com a demanda, não há como caminhar dessa forma, precisa de uma pessoa que ajude
219 avançar, dando apoio. E acrescenta que o núcleo teve muito avanço com o apoio da

Sueli

UOLBPA

RECEBUE

qu

F

Renival

Coors

Maria



220 recepcionista. O conselheiro Josias solicita que fique público o email do conselho e da
221 ouvidoria para que todos tenham acesso. O Presidente informa que conforme acordado na
222 PRODIN, a equipe fará o painel de indicadores, e será colocado em lugares estratégicos e
223 todos os documentos do campus estarão lá. O servidor Jairo Silva diz que conforme o que foi
224 dito, quem admite e demite é a empresa, então pergunta se não seria legal, moral que a
225 Direção Administrativa e de Planejamento permita que se contrate parente, e a questão da
226 impessoalidade não conta, não tem que ser levado em consideração, não seria mais moral ou
227 legal que a empresa demita quem for parente?. O Presidente relata que antes a incidência de
228 parentes era maior, mas que pode ser feito o levantamento para verificar isso, que esse critério
229 poderia passar a ser uma orientação para dispensa. E relata que o processo se deu da seguinte
230 forma, o Diretor Geral enviou um email para os dois diretores (DAP e DEPEPI), Eles estão
231 dentro de cada linha vinculada aos setores, os dois reuniram com a empresa, fizeram um
232 relato, subsidiaram a empresa, indicando nomes ou não, isso não tem registro, então a
233 empresa com base nestas e outras informações históricas, tomou a decisão e indicou as três
234 recepcionistas a serem dispensadas. O conselheiro Pedro Baia relata que enquanto conselheiro
235 pediu a Direção Geral, que a escolha fosse feita não pela DAP, e sim pela DEPEPI e suas
236 coordenações. E propõe que o próprio fiscal de contrato fique responsável de fazer, criar esses
237 instrumentos de avaliação. O Presidente conclui o primeiro ponto de pauta dizendo que o que
238 for identificado como erro no fluxo será revisto. Logo em seguida deu início a discussão do
239 outro item da pauta, redução de postos terceirizados, relatando que teve a reunião do colégio
240 de dirigentes CODIR. Na ocasião foram relatadas ações dos campi, nestes relatos foram
241 computados os números de postos de terceirizados que seriam retirados para atender metas da
242 portaria de contingenciamento. No entanto, foi permitido ajustes com as devidas justificativas,
243 mostrando o que é crítico, para que ajustes possam garantir menores impactos aos Campi.
244 Nesse sentido, o Presidente continua e acrescenta que, para a realidade do campus
245 Abaetetuba, o impactos da retirada dos postos de porteiro: como retirar os porteiros uma vez
246 que a guarita está próximo de ser inaugurada?. Assim como os postos de segurança, e levanta
247 a questão da vulnerabilidade do campus, reforça que também não se conseguiu simular
248 nenhuma possibilidade de garantir o mínimo de atendimento com apenas dois motoristas
249 atuando no Campus. O Presidente destaca que outro elemento que deve ser considerado é que
250 chegarão ao campus mais 8 (oito) técnicos administrativos (01 (um) Assistente de aluno; 01
251 (um) Auxiliar de biblioteca; 01 (um) Técnico em Agropecuária; 01 (um) Técnico em

Sueh

UBEPLE

APRESENTA

JUW

F

Roberto

Correio

Kuira



252 Edificações; 01 (um) Técnico em Segurança do trabalho; 01 (um) Enfermeiro; 01 (um)
253 Tecnólogo em RH; 01 (um) Técnico em Arquivo. E diante disso, apresenta a planilha com
254 uma nova simulação, onde propõe o retorno de 02 (dois) postos de porteiro, 01 (um) posto de
255 motorista e 01 (um) posto de segurança, e propõe a retira dos 08 (oito) postos de
256 recepcionista. Nessa proposta, se atinge a meta de contingenciamento, ficando com um déficit
257 de apenas R\$ 1.498,00. O conselheiro Pedro Baia coloca que os cargos administrativos estão
258 mais concentrados na DAP, e a DEPEPI se apoiam a partir dos terceirizados, e pergunta se
259 não haveria possibilidade de fazer uma realocação desses técnicos, enxugar algumas funções
260 na DAP e redistribuir na DEPEPI. O Presidente acha pertinente o assunto, e diz que ainda se
261 tem um prazo para fazer uma discussão interna e isso será feito, mas em outro momento. A
262 partir da discussão o conselho aprova a proposta apresentada, ficando registrado que as duas
263 direções irão consultar todos os setores abaixo delas na hierarquia, sobre a questão de
264 realocação de servidores administrativos, para que possam dar apoio as coordenações dentro
265 deste campus. O conselheiro Pedro Baia reforça a necessidade de criar um documento para
266 repassar para a comunidade escolar sobre este novo fluxo de funcionamento. O servidor Alan
267 coloca que foi muito sadio poder acompanhar a reunião, as deliberações, então pede ao
268 conselho que analise a possibilidade dos servidores acompanharem as reuniões. O Presidente
269 diz que o regimento contempla isso. O conselheiro Márcio Favacho diz que as sessões são
270 abertas, mas que o quantitativo de reuniões realizadas no campus muitas vezes impossibilita
271 que os servidores participem das sessões e acrescenta que precisa se verificar uma maneira de
272 minimizar esse quantitativo de reuniões. E por fim, o Presidente apresenta alguns pontos
273 pertinentes relacionados à dinâmica do campus: Aniversário do campus (09/06); Entrega do
274 prédio e vinda do reitor (12/06); Parceria com a Universidade Federal do Pará - a criação de
275 um GT interinstitucional; Cobertura da quadra - finalizado o projeto arquitetônico e
276 encaminhado para reitoria; Encontro norte de Estudantes de Ensino Técnico - 30/06 a 02/07.
277 E encerra a reunião às 13h30min, agradecendo a presença de todos. A presente ata foi lavrada
278 pela Secretária do Conselho Diretor Andréa Fernanda Ferreira Quaresma, e que depois de ser
279 lida e achada conforme, será assinada por todos os presentes.

Abaetetuba, 25 de maio de 2017.

Valdinei Mendes da Silva

Wander Wilson de Lima Cardoso

Sueli

Chobelle

Wander

Alan
Robson
Márcio Favacho
Andréa
Quaresma



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARÁ
CAMPUS ABAETETUBA
CONSELHO DIRETOR - CONDIR



Elcir Nunes Correa Elcir Nunes Correa

Pedro Chaves Baia Júnior Pedro Chaves Baia Júnior

Márcio Valério de Oliveira Favacho Márcio Valério de Oliveira Favacho

Raphael Saraiva de Sousa Raphael Saraiva de Sousa

Josias Baia Rodrigues Josias Baia Rodrigues

Lúcia Cristina Sousa da Silva Lúcia Cristina S. da Silva

Fábio Pantoja Aguiar Fábio

Cláudia do Socorro Azevedo Magalhães

Rodrigo Riomas ^{DOMINGOS} Rodrigues Rodrigo

Jairo da Silva e Silva

Rogério Rodrigues Melo

Márcio José Moura dos Santos

Kazuo de Almeida Kamizono

Kuézia Apolaro do Nascimento Kuézia Apolaro do Nascimento

João Filho Seixas Moraes

Josiel Rego Vilhena

Isa Costa Pantoja

Fernando Antônio de Sousa Ribeiro

Douglas de Oliveira e Oliveira

Alan Mota Castelo Branco Júnior

Sueh.

NEDEZINA

AMF



Diselma Marinho Brito _____

Malena Cristina Rocha Teixeira *Malena Cristina Rocha Teixeira* _____

Renato Almeida Ferreira _____

Nisreene Matar _____

Jeferson Miranda Costa *Jeferson Miranda Costa* _____

Karla Cristina Furtado Nina _____

Luciana B. F. Kamizono *Luciana Bezerra Farias Kamizono* _____

Sueli de Lima Pereira *Sueli de Lima Pereira* _____

Ana Maria Rodrigues e Rodrigues *Ana Maria Rodrigues e Rodrigues* _____

Jucilane Novais Lopes e Marques _____

Anderson Henrique Lima e Lima _____

ANF



LISTA DE FREQUÊNCIA REUNIÃO CONSELHO DIRETOR

DATA: 25.05.2017

REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

NOME	ASSINATURA
VALDINEI MENDES DA SILVA	
EDINALDO FONSECA CORREA	Wander Wilson de Izai Cordeiro (Representante)
JAIME PERDIGÃO OLIVEIRA	Edin Nunes Corrêa (substit.)
GRAÇA ELDA VASCONCELOS	
JOSIAS BAIA RODRIGUES	Josias Baia Rodrigues
PEDRO CHAVES BAIA JUNIOR	Pedro Chaves Baia Junior.
MARCIO VALERIO DE OLIVEIRA FAVACHO	Marcio Favacho.
LUCIA CRISTINA SOUSA DA SILVA	Lucia Cristina S. da Silva
FÁBIO PANTOJA AGUIAR	Fábio Pantoja de Aguiar
RAPHAEL SARAIVA DE SOUSA	Raphael Saraiva de Sousa
JOSE PINHEIRO DA COSTA JUNIOR	
LUCAS SILVA DE SIQUEIRA	
ANDRYO ORFI DE ALMADA VILHENA	
TAINA DE CASTRO FERREIRA	
RAIR DE SOUZA MIRANDA	
ALEX DA ROCHA RODRIGUES	
CLEONICE RODRIGUES DE VILHENA	
MARIA LAIDE DE SOUSA CARDOSO	
MANOEL LIBORIO FERREIRA DOS SANTOS	
DIVINO ROGERIO CARDOSO SILVA	
UZINALDO DA CONCEIÇÃO P. FERREIRA	

CONVIDADOS

1. Claudia do S. M. Magalhães / NARNE - DOGOTE
2. RODRIGO RIOMAR DOMINGOS
3. Jairo da Silva e Silva. / Experiências da Extensão
4. Joao Rodrigues Neto
5. Márcio José Moura dos Santos
6. MAURO DE ALMEIDA KAMIZONO
7. Kueziq Apolano do Nascimento
8. João Filho Seixas Moraes
9. JOSIEL R. VILHENA
10. Isa Costa Pontaji
11. FERNANDO ANTONIO DE SOUSA RIBEIRO
12. Douglas de Oliveira e Oliveira
13. Alan Mota Castelo Branco Júnior.
14. Dieluen Raulino Brito
15. Malena Cristina Rocha Teixeira
16. Renato Almeida Ferreira
17. Nisreen Merten
18. Jefferson Miranda Costa
19. Lorela Cristiana Furtado Lima
20. Cláudia B.F. Kamizono
21. Sueli de Lima Pereira
22. Ama Maria Rodrigues e Rodrigues
23. Luciane Norais Lopes e Marques.
24. Anderson H. Lima e Lima.